



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA N.º 002/2026

Aos 09 dias mês de Abril de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua Joaquim Nabuco, nº 1372, São José dos Pinhais – Paraná, reuniram-se os membros Arialdo Araujo Carneiro, Mariane Tromm Peteis, Viviane Cristiane de Oliveira, Sirlei Bogucheski, Aparecido, Vanessa Cristina Hohmann. Secretário Peterson de Oliveira Danda Kaled, Andressa Constantino Mattozo e os convidados Silvio Prizibela e Sarah Shim Koe. Iniciando os trabalhos, a secretária do CGFMHIS Andressa realizou a leitura da ata da reunião anterior. Na sequência, foi tratada a organização do calendário anual de reuniões, mantendo-se a rotina das reuniões ordinárias nas quintas-feiras previamente estabelecidas, a fim de facilitar o planejamento dos conselheiros. Também foi debatida a necessidade de atualização da composição dos membros do Conselho, conforme previsão estatutária de substituição após dois mandatos, ficando definido o encaminhamento de memorando às secretarias competentes. Foi discutida ainda a situação da Copel, diante da dificuldade de indicação de representante titular, considerando tratar-se de caso pontual na região. Em seguida, deliberou-se sobre a extinção da Resolução nº 03/2021 do Conselho, norma baseada em portaria ministerial já revogada, relacionada a critérios do Programa Minha Casa Minha Vida. Considerando a perda de objeto, a revogação da resolução foi aprovada pelos presentes. Posteriormente, foi apresentada proposta de alteração do fluxo de gerenciamento, controle e movimentação das fontes do Fundo, permitindo que pagamentos rotineiros passem a ser operacionalizados diretamente pela Secretaria de Finanças, mediante autorização prévia do Conselho, evitando atrasos em pagamentos e eventuais encargos. O procedimento foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à pauta, a engenheira Sarah realizou apresentação do projeto de reurbanização do Jardim Bandeirantes, área composta por 77 lotes já regularizados pelo Programa Moradia Legal, com matrículas emitidas em 2023. Informou que o município obteve financiamento de R\$ 32 milhões por meio do Novo PAC, destinado à implantação de infraestrutura completa na localidade, incluindo pavimentação, drenagem, iluminação pública e demais melhorias urbanas. Esclareceu que, para a primeira etapa do projeto, será necessária contrapartida municipal estimada em R\$ 50.000,00, destinada à elaboração do plano de ação inicial, diagnóstico social-territorial, instalação de posto territorial e desenvolvimento do projeto técnico-social. Informou ainda que o programa integra a iniciativa Rede Periferia Viva e prevê atendimento direto à população local. Após esclarecimentos, os conselheiros manifestaram concordância com o andamento do projeto. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Silvio, arquiteto urbanista da Secretaria Municipal de Habitação, realizou apresentação técnica acerca de proposta de tema para a próxima Conferência Municipal, abordando a relação entre habitação, vulnerabilidade social e mudanças climáticas. Inicialmente, apresentou imagens de áreas do município de São José dos Pinhais, dentre elas Independência, Santa Tereza e o fundo de vale da Marechal Hermes, destacando a existência de ocupações irregulares, fragilidade territorial e exposição a riscos ambientais. Foi esclarecido que diversas áreas periféricas do município encontram-se em fundos de vale, regiões suscetíveis a cheias, solos instáveis e áreas classificadas como de risco extremo pela Defesa Civil, sendo citado especificamente o

Bucio
Oom
Andressa
Ay

Aparecido
Sirlei Bogucheski
Peterson de Oliveira

Viviane Cristiane
Mariane Tromm Peters



fundo de vale da Marechal Hermes. Na sequência, o expositor discorreu sobre desastres naturais e seus impactos sociais, apresentando dados estatísticos nacionais e internacionais. Ressaltou que o Brasil figura entre os países mais afetados por eventos climáticos extremos, especialmente enchentes, tempestades e deslizamentos, citando ainda acontecimentos recentes em diferentes estados da federação. Também foram apresentados os principais tipos de desastres naturais, classificados como geofísicos, meteorológicos, hidrológicos, climatológicos e biológicos, destacando que o país e o município já enfrentam ocorrências relacionadas à maioria desses fenômenos. O Sr. Silvio enfatizou que os impactos dos eventos climáticos são agravados pela vulnerabilidade social, urbanização desordenada, moradias precárias e ausência de infraestrutura adequada. Destacou que comunidades em ocupações irregulares, áreas ribeirinhas e encostas são as mais atingidas, tanto materialmente quanto em aspectos sanitários e psicológicos. Em seguida, foram apresentadas soluções urbanísticas baseadas na natureza, como jardins de chuva, áreas drenantes, parques de retenção hídrica e outras medidas voltadas à absorção de águas pluviais e mitigação de enchentes. Foi citado como exemplo o Parque Barigui, em Curitiba, concebido também como instrumento de contenção de alagamentos aliado ao uso público e lazer. Ressaltou-se ainda a necessidade de planejamento urbano integrado, com participação conjunta das Secretarias de Habitação, Urbanismo, Meio Ambiente e Defesa Civil, incluindo mapeamento de áreas de risco, monitoramento permanente e fortalecimento das políticas preventivas. Na parte final da apresentação, o Sr. Silvio propôs como tema para a Conferência Municipal: **“Habitação, Resiliência Climática e Justiça Social”**, sugerindo os seguintes eixos temáticos para debate: Vulnerabilidade e risco; REURB e resiliência; Habitação de interesse social e sistemas construtivos; Governança e justiça climática. A proposta foi bem recebida pelos conselheiros, que manifestaram concordância quanto à relevância e atualidade do tema. Houve sugestão de convite à vereadora de Curitiba, Sra. Laís Leão, arquiteta e defensora de políticas relacionadas a jardins de chuva e resiliência urbana, bem como de professores universitários e representantes técnicos especializados. Também foi sugerida articulação com a Defesa Civil de São José dos Pinhais, especialmente em razão da existência de plano municipal de contenção de desastres, visando aproveitamento técnico e participação em eventual mesa-redonda durante a conferência. Durante os debates, foram levantadas considerações sobre a necessidade de calçadas drenantes, ampliação de áreas permeáveis e revisão de padrões construtivos urbanos, sendo ressaltada a importância de conciliar acessibilidade universal com soluções sustentáveis de drenagem. Na sequência, foi informado aos presentes que a Prefeitura Municipal anunciou novo empreendimento habitacional na região do Costeira, em terreno pertencente ao município, destinado prioritariamente ao atendimento de mulheres chefes de família. O projeto prevê, inicialmente, 32 unidades habitacionais sobrepostas, encontrando-se em fase de desenvolvimento técnico. Foi informado que, após finalização dos estudos, o projeto será oportunamente apresentado ao Conselho. Por fim, foram feitos comentários sobre iniciativas acadêmicas e estudos urbanísticos desenvolvidos por estudantes da área, ressaltando a importância da integração entre universidades, poder público e comunidade na formulação de soluções habitacionais e urbanísticas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu Luara dos Anjos Pereira, lavrei presente ata, que segue assinada por mim e pelos demais presentes.

Ruota

ADM

Mariane Durviri

Mari Anne Tromm Peters

Silvio Boguchinski

Se